



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público

004. PROVA OBJETIVA

Tesoureiro

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números 01 a 06.

O homem é o único animal que []. O espaço entre os colchetes já foi preenchido por hipóteses para todos os gostos. Usa ferramentas, desenvolve e transmite cultura, imagina o futuro, compreende o que se passa em outras mentes, usa sintaxe são algumas das mais recentes. Todas elas acabaram sendo descartadas por evidências empíricas, à medida que os cientistas, particularmente os etólogos, foram sofisticando os experimentos pelos quais acessam e avaliam a inteligência animal. Talvez já seja hora de aposentar a fórmula “o homem é o único animal que...”.

Essa é a tese que o primatologista Frans De Waal defende com ardor em “*Are We Smart Enough to Know How Smart Animals Are?*” (somos espertos o suficiente para saber quão espertos são os animais?). Como em outros livros do autor, ele nos inunda com histórias incríveis de façanhas intelectuais de bichos. Conta que polvos usam casacas de coco como ferramenta, que elefantes são capazes de distinguir idiomas humanos, que macacos japoneses aprenderam a lavar batatas doces com água e passaram a técnica às próximas gerações. A isso se somam as evidências de que chimpanzés fazem política e até pagam propinas a aliados, sem mencionar os corvos, que estão se revelando verdadeiros Einsteins do reino animal.

Uma das principais previsões de De Waal é a de que cada capacidade cognitiva que identificarmos no homem será mais antiga e mais disseminada do que sugeriam as primeiras suposições. A evolução darwiniana raramente dá saltos. Ao contrário, tende a operar através de mudanças incrementais. Nossas diferenças cognitivas em relação a outros animais, não apenas mamíferos, são muito mais de grau do que de natureza. É pena que um certo chauvinismo típico de nossa espécie nem sempre nos deixe ver isso e insista em ver o ser humano como pináculo da criação.

(Hélio Schwartzman, Inteligência animal. *Folha de S.Paulo*, 03.07.2016)

01. O segundo parágrafo do texto coloca-se como um argumento que

- (A) assegura a veracidade das teorias darwinianas de evolução, ao provar a superioridade dos animais sobre os humanos.
- (B) confirma o mito da criação, ao expor habilidades de animais que transcendem o sentido racional da teoria evolutiva.
- (C) ratifica a ideia exposta no parágrafo inicial, segundo a qual o homem é o único animal inteligente.
- (D) exemplifica as conclusões acerca da não primazia do homem sobre os animais, no que diz respeito à capacidade cognitiva.
- (E) contraria a ideia exposta no parágrafo final, segundo a qual a natureza responde pelo grau de desigualdade entre humanos e animais.

02. É correto deduzir do texto que o autor

- (A) reconhece que há, nos humanos, entusiasmo intrínseco em favor da supremacia dessa espécie.
- (B) contesta a tese segundo a qual os animais superam os humanos em habilidades, apesar da inteligência daqueles.
- (C) desautoriza a pesquisa de Frans De Waal, sob argumento de que o conhecimento humano supera a natureza.
- (D) expressa desconfiança em relação à ideia de que primatas possam realizar façanhas intelectuais sofisticadas.
- (E) despreza as evidências de que é possível acessar a inteligência animal com experimentos de laboratório.

03. As frases – evidências empíricas – e – primeiras suposições – têm seu significado descrito, adequada e respectivamente, em:

- (A) evidências sem base nem comprovação científica; hipóteses limitadas.
- (B) evidências incontestáveis do ponto de vista prático; indicações sumárias.
- (C) evidências de caráter meramente exemplificativo; ideias imprevistas.
- (D) evidências fundadas em testes de laboratório; convicções inaugurais.
- (E) evidências baseadas na experiência e na observação; conjecturas iniciais.

04. Assinale a alternativa em que se identifica, com correção e respectivamente, o que os termos destacados denotam nas seguintes passagens:

- ... acabaram sendo descartadas **por** evidências empíricas, **à medida que** os cientistas [...] foram sofisticando os experimentos...
- **Talvez** já seja a hora de aposentar a fórmula...

- (A) modo; tempo; possibilidade.
- (B) meio; consequência; negação.
- (C) agente; proporção; dúvida.
- (D) subtração; duração; incerteza.
- (E) afirmação; dimensão; probabilidade.

05. A alternativa em que todas as palavras estão empregadas em sentido próprio é:

- (A) ... chimpanzés fazem política e até pagam propinas a aliados, sem mencionar os corvos, que estão se revelando verdadeiros Einsteins do reino animal.
- (B) Talvez já seja hora de aposentar a fórmula “o homem é o único animal que...”.
- (C) A evolução darwiniana raramente dá saltos.
- (D) Nossas diferenças cognitivas em relação a outros animais, não apenas mamíferos, são muito mais de grau do que de natureza.
- (E) Como em outros livros do autor, ele nos inunda com histórias incríveis de façanhas intelectuais de bichos.

06. Assinale a alternativa em que, com as alterações feitas nos trechos do texto, a pontuação se apresenta de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Somam-se a isso, as evidências de que chimpanzés fazem política e até mesmo, pagam propinas a aliados.
- (B) Cada capacidade cognitiva que identificamos no homem, de acordo com previsão de De Waal, será mais antiga.
- (C) Já os corvos, estão se revelando: verdadeiros Einsteins do reino animal.
- (D) Os etólogos particularmente, foram sofisticando os experimentos; com eles, acessam e avaliam, a inteligência animal.
- (E) Como em outros livros, o autor, nos inunda com histórias incríveis que relatam, façanhas intelectuais de bichos.

Leia o texto, para responder às questões de números 07 e 08.

Os deuses cuidam de nós e orientam nossos destinos, é o que ensinam muitas culturas humanas: outras entidades, mais malévolas, são responsáveis pela existência do mal. Ambas as classes de seres, tanto faz se consideradas naturais ou sobrenaturais, reais ou imaginárias, servem às necessidades humanas. Mesmo que sejam inteiramente fantásticos, as pessoas se sentem melhor acreditando neles. Assim, numa época em que as religiões tradicionais têm estado sob o fogo fulminante da ciência, não é natural cobrir os antigos deuses e demônios com vestes científicas e chamá-los de alienígenas?

A crença em demônios era difundida no mundo antigo. Eram considerados seres naturais, e não sobrenaturais. Hesíodo os menciona de passagem. Sócrates descrevia sua inspiração filosófica como obra de um demônio pessoal e benigno. Platão, o discípulo mais famoso de Sócrates, atribuía um papel elevado aos demônios: “Nenhuma natureza humana investida de poder supremo é capaz de ordenar os assuntos humanos”, diz ele, “sem transbordar de insolência e iniquidade...”.

Ele negava firmemente que os demônios fossem uma fonte do mal, e não representava Eros, o guardião das paixões sexuais, como um deus, mas como um demônio, “nem mortal, nem imortal”, “nem bom, nem mau”.

(Carl Sagan, *O mundo assombrado pelos demônios*. Adaptado)

07. Assinale a alternativa que modifica frase do texto, apresentando concordância e colocação de pronomes de acordo com a norma-padrão.

- (A) No mundo antigo, difundiam-se crenças em demônios, os quais não se consideravam, então, nem um pouco sobrenaturais.
- (B) As religiões tradicionais se coloca sob o fogo da ciência nesta época, levando a crer que se tratam, efetivamente, de seres alienígenas.
- (C) Existe ainda, nos dias de hoje, pessoas que sentem-se melhor acreditando em seres inteiramente fantásticos.
- (D) Demônios, para Platão, tinha papel elevado; este os consideravam acima dos humanos.
- (E) Nos certificamos de que, para muitas culturas humanas, deuses cuidam de nós, e entidades malévolas é que responde pelo mal.

08. Assinale a alternativa que completa a frase a seguir com afirmação compatível com as ideias do texto.

A crença em deuses e entidades boas ou más traz bem-estar ao homem, servindo a suas necessidades,

- (A) contanto que se trate de seres sobrenaturais ou demônios do mundo antigo.
- (B) desde que a ciência os avalize e lhes confira atributos de alienígenas.
- (C) embora a filosofia não se ocupe de sua discussão.
- (D) a menos que se neguem os valores a eles atribuídos pelas religiões.
- (E) apesar de se tratar de seres produzidos pela imaginação.



(Charles Schulz, Snoopy – Feliz dia dos namorados!)

09. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do primeiro quadrinho da tira.

- (A) sobre ... em que ... visto que
- (B) acerca do ... a que ... porque
- (C) referente o ... aonde ... que
- (D) do ... à que ... pois
- (E) à cerca do ... que ... já que

10. Atenha-se ao segundo quadrinho da tira, cujo texto foi sinalizado com algarismos romanos:

- I. Todos recebemos sacos de almoço...
- II. Depois choveu,
- III. o saco ficou molhado
- IV. e o meu almoço caiu no chão...

Assinale a alternativa que analisa corretamente a relação de sentido que existe entre os trechos identificados por algarismos romanos.

- (A) (I) expressa a consequência do fato afirmado em (II).
- (B) (II) expressa tempo concomitante em relação ao ocorrido em (I).
- (C) (II) e (III) expressam fatos concorrentes para o evento mencionado em (IV).
- (D) (III) expressa fato determinante para a ocorrência afirmada em (II).
- (E) (I) e (II) expressam fatos irrelevantes para o evento mencionado em (III).

11. Para que trabalhem sempre com a mesma precisão, três máquinas de uma empresa têm revisões técnicas periódicas, em datas preestabelecidas. A máquina A é revisada a cada 12 dias; a máquina B, a cada 20 dias; e a máquina C, a cada 15 dias. Sabe-se que, a cada n dias, as datas das revisões coincidem, e as três máquinas são revisadas simultaneamente no mesmo dia. Desse modo, é correto afirmar que n é igual a

- (A) 32.
- (B) 35.
- (C) 47.
- (D) 55.
- (E) 60.

12. Um investidor aplicou, por um mês, certo capital a juro simples, à taxa de 0,75% ao mês, e recebeu x reais de juros. Se esse capital tivesse permanecido na mesma aplicação por mais 4 meses, o investidor teria recebido $(x + 360)$ reais de juros. Nessas condições, é correto afirmar que o valor aplicado foi

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 10.600,00.
- (C) R\$ 11.500,00.
- (D) R\$ 12.000,00.
- (E) R\$ 12.400,00.

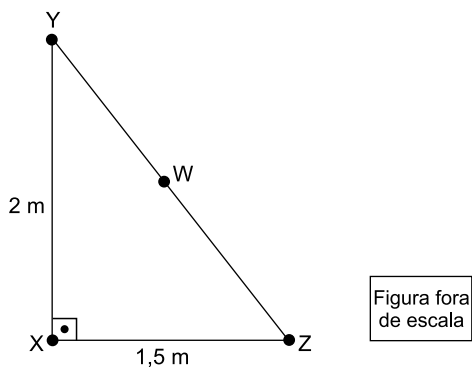
13. Um grupo de materiais foi submetido a testes de laboratório para avaliar o nível de resistência a impactos, sendo os resultados obtidos expressos em notas que vão de 1 (menos resistente) a 10 (mais resistente). Do número total de materiais testados, sabe-se que 20% obtiveram nota 4, que metade obteve nota 6 e que os materiais restantes obtiveram nota 7. Nessas condições, é correto afirmar que a média aritmética das notas dos materiais testados foi

- (A) 4,2.
- (B) 4,8.
- (C) 5,7.
- (D) 5,9.
- (E) 6,4.

14. Em uma tomada de preços para a compra de certo produto, observa-se que a razão entre o maior e o menor preço encontrados é de 12 para 7, e que a diferença entre eles é igual a R\$ 80,00. Nessas condições, é correto afirmar que, nessa tomada de preços, o maior preço encontrado foi

- (A) R\$ 182,00.
- (B) R\$ 188,00.
- (C) R\$ 192,00.
- (D) R\$ 200,00.
- (E) R\$ 204,00.

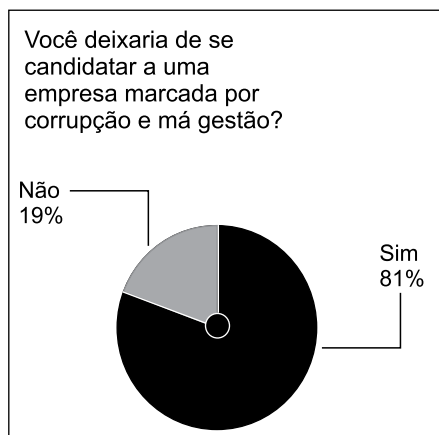
15. No início de uma viagem a trabalho, o combustível contido no tanque do carro de Daniel ocupava $\frac{3}{4}$ da sua capacidade total. No final dessa viagem, havia no tanque apenas $\frac{1}{5}$ da quantidade inicial. Se, nessa viagem, foram consumidos 30 litros de combustível e não houve reposição, então a quantidade de litros de combustível que restava no tanque, no final dessa viagem, era
- (A) 7,5.
(B) 7,0.
(C) 6,7.
(D) 6,0.
(E) 5,8.
16. Na revisão do projeto inicial, um jardim, de formato quadrado, teve sua área original diminuída em 56 m^2 . No projeto reformulado, o jardim manteve o formato quadrado e passou a ter perímetro igual a 20 m. Assim, no projeto inicial, a medida do lado desse jardim, em metros, era igual a
- (A) 8.
(B) 9.
(C) 10.
(D) 11.
(E) 12.
17. Um painel, de formato triangular, foi fixado em uma parede em 4 pontos, identificados na figura por X, Y, W e Z.



Se o ponto W está localizado exatamente na metade da distância entre os pontos Y e Z, então a distância, em metros, entre os pontos W e Z é igual a

- (A) 1,25.
(B) 1,40.
(C) 1,50.
(D) 1,60.
(E) 1,75.

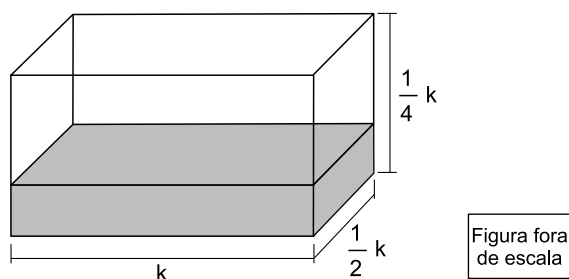
18. O gráfico de setores a seguir mostra um dos resultados de um levantamento feito para avaliar os efeitos dos escândalos de corrupção e má gestão na reputação das empresas.



(O Estado de S.Paulo, 19.07.2016)

Se a diferença entre o número de pessoas que responderam “sim” e o número de pessoas que responderam “não” foi igual a 868, então o número total de pessoas ouvidas nessa pesquisa foi

- (A) 1 100.
(B) 1 150.
(C) 1 400.
(D) 1 450.
(E) 1 500.
19. Um reservatório, com formato de paralelepípedo reto-re-
tângulo, cujas arestas medem, em metros, k , $\frac{1}{2}k$ e $\frac{1}{4}k$,
contém $6,75 \text{ m}^3$ de água, que preenchem $\frac{1}{4}$ de sua capa-
cidade total.



Desse modo, é correto afirmar que o valor de k , em metros, é

- (A) 4,5.
(B) 5.
(C) 5,25.
(D) 5,75.
(E) 6.

20. Em uma empresa, 32 máquinas iguais produziam, em 10 horas diárias de serviço, 6 000 unidades, por dia, de certa peça P. Com a recessão, a jornada de trabalho diária foi reduzida para 8 horas, e a empresa passou a operar com apenas 16 das mesmas máquinas. Nessas condições, o número de unidades da peça P produzidas diariamente passou a ser igual a

- (A) 2 600.
(B) 2 400.
(C) 2 200.
(D) 2 000.
(E) 1 800.

R A S C U N H O

21. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de Taquaritinga a respeito do veto do Prefeito aos projetos de lei, é correto afirmar que

- (A) o veto deverá recair sobre todo o projeto, não podendo ser vetada apenas parte dele.
- (B) o poder de veto do Prefeito é discricionário, sendo exercido por motivos de conveniência e oportunidade.
- (C) o veto poderá ser rejeitado pela Câmara pelo voto favorável da maioria absoluta dos vereadores.
- (D) se o veto for rejeitado, o Prefeito não poderá promulgar a respectiva lei.
- (E) o Prefeito tem o prazo de trinta dias para exercer o poder de veto sobre o projeto de lei.

22. Assinale a alternativa correta a respeito da fiscalização contábil financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e de entidades da administração direta e indireta, conforme o disposto na Lei Orgânica do Município de Taquaritinga.

- (A) O controle externo será exercido pela Câmara com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) O controle interno será exercido pelos órgãos do Poder Judiciário.
- (C) As contas do Município ficarão, durante noventa dias, anualmente, para exame e apreciação, à disposição de qualquer contribuinte.
- (D) O Ministério Público é a parte legítima para denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas do Estado ou à Câmara Municipal.
- (E) Ao final de cada mandato, o Prefeito Municipal deverá apresentar as contas das entidades públicas municipais ao Poder Judiciário, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, em caso de descumprimento.

23. Nos moldes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga, é correto afirmar, a respeito da Mesa da Câmara, que:

- (A) imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais velho em idade dentre os presentes.
- (B) na composição da Mesa Diretora, será dada preferência aos partidos ou aos blocos parlamentares que tiverem maior número de Vereadores na Câmara.
- (C) o mandato da Mesa Diretora será de quatro anos, vedada a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente, da mesma legislatura.
- (D) vagando-se qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição no expediente da primeira sessão seguinte, para completar o biênio do mandato.
- (E) os membros da mesa em exercício não poderão fazer parte de Comissões a serem instaladas na Câmara.

24. Órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Taquaritinga, é

- (A) a Mesa Diretora.
- (B) o Plenário.
- (C) a Presidência da Câmara.
- (D) a Comissão de Constituição e Justiça.
- (E) a Diretoria Legislativa.

25. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Taquaritinga, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionário estável será

- (A) demitido a bem do serviço público, sem indenização, tendo direito, no entanto, às verbas rescisórias.
- (B) exonerado do cargo, com direito à indenização proporcional ao tempo de serviço.
- (C) aposentado do serviço público, com direito aos proventos integrais.
- (D) exonerado do cargo, com direito à indenização correspondente a 1/10 (um décimo) dos seus vencimentos por ano trabalhado.
- (E) posto em disponibilidade remunerada com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

26. O aplicativo acessório, presente no MS-Windows 7, em sua configuração padrão, usado para edições simples em imagens como BMP ou JPG é o

- (A) Notepad.
- (B) WordPad.
- (C) Notas Autoadesivas.
- (D) Windows Explorer.
- (E) Paint.

27. Observe a imagem a seguir, retirada do MS-Word 2010, em sua configuração padrão.



O recurso relacionado à imagem, que é muito útil para edição de textos em sites, revistas e jornais é:

- (A) Marcadores.
- (B) Colunas.
- (C) Alinhamento de Parágrafo.
- (D) Recuo.
- (E) Justificar.

28. A planilha a seguir está sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	3	9	4
2	5	3	1
3	2	4	2
4			

Assinale a alternativa que contém o valor que será exibido na célula B4, após esta ser preenchida com a seguinte fórmula:

=MÉDIA(A1:C1;SOMA(A3:C3))

- (A) 4
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 7
- (E) 8

29. Durante a edição de slides por meio do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, o recurso “Espaçamento entre Linhas” é muito útil para facilitar a leitura de textos que estejam sendo exibidos.

Assinale a alternativa que contém o ícone cujo nome é “Espaçamento entre Linhas”.

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

30. Para usuários que possuem uma grande quantidade de contatos de e-mail, um recurso muito útil no MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, que permite o gerenciamento dos contatos para comunicações via e-mail, é:

- (A) Catálogo de Endereços.
- (B) Categorização.
- (C) Filtro de E-mail.
- (D) Favoritos.
- (E) Conversas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Uma empresa de revenda de mercadorias eletrônicas apresentou as seguintes informações contábeis e financeiras relativas ao exercício encerrado em dezembro de 2015:

- O ativo circulante no total de R\$ 480.000,00, o qual agrupa as contas de caixa, contas a receber, estoques e outras contas a receber.
- O capital circulante líquido da empresa totalizava R\$ 180.000,00
- Índice de liquidez corrente era R\$ 1,60
- Índice de liquidez geral era R\$ 1,31
- Índice de liquidez seca era R\$ 1,10

Nesse caso, se o passivo não circulante dessa empresa era de R\$ 180.000,00, assinale a alternativa que demonstra o valor do passivo circulante, bem como dos estoques, respectivamente, naquela mesma data e em Reais.

- (A) 150.000,00 e 230.000,00
- (B) 230.000,00 e 150.000,00
- (C) 300.000,00 e 120.000,00
- (D) 300.000,00 e 150.000,00
- (E) 350.000,00 e 100.000,00

32. A Margem de Contribuição – MC – de um produto é determinada pela seguinte fórmula:

- (A) Receita líquida de vendas menos os custos dos produtos vendidos e despesas fixas.
- (B) Receita líquida de vendas menos os custos dos produtos vendidos e dos custos fixos.
- (C) Receita bruta de vendas menos os impostos e devoluções.
- (D) Receita líquida de vendas menos os custos operacionais.
- (E) Receita bruta de vendas menos custos e despesas variáveis.

33. Em relação ao sistema de custo ABC, é correto afirmar:

- (A) Para o ABC, os custos são causados pela execução das atividades, que geram o consumo de recursos. Portanto, essas atividades consolidarão todos os custos incorridos.
- (B) Trata-se de um sistema de custos que assegura a correta absorção dos custos diretos, principalmente de mão de obra direta, uma vez que esses custos são rateados pelo volume produzido.
- (C) Trata-se de um método derivado da aplicação de princípios contábeis e consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, mas só os de produção.
- (D) É o sistema de custos mais utilizado pela Administração Pública, uma vez que é uma metodologia que, de forma criteriosa, separa os custos diretos das tarefas exercidas por cada indivíduo inserido na cadeia de suprimentos.
- (E) É um sistema que relaciona os custos das tarefas às atividades de produção, facilitando e assegurando o rateio dos custos diretos aos produtos.

34. Assinale a alternativa que contém a afirmação correta.

- (A) Cabe à contabilidade pública, como um de seus objetivos, o controle direto das variações patrimoniais e financeiras, de maneira a monitorar os desvios de recursos públicos, de forma a coibir e punir quando da ocorrência de tais desvios.
- (B) Com a edição da Lei nº 6.404/76, foi possível a padronização dos critérios contábeis no registro e controle dos ativos públicos e das demonstrações financeiras a eles associados.
- (C) Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- (D) A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, é de refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública e privada para evidenciar informações necessárias ao controle patrimonial público e social.
- (E) De acordo com os preceitos da contabilidade pública, os registros contábeis permanentes deverão ser apresentados de forma a fornecer informações que sejam compreensíveis e úteis aos cidadãos no desempenho de sua soberana atividade de controle do uso de recursos e patrimônio público pelos agentes públicos.

35. Segundo o artigo 11 da Lei nº 4.320/64, as receitas públicas serão classificadas nas categorias econômicas de "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital". Nesse contexto, fazem parte das receitas correntes as receitas
- (A) de operações de crédito.
 - (B) imobiliárias.
 - (C) de alienação de bens.
 - (D) de empréstimos concedidos.
 - (E) da troca de ativos.
36. Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/64. O texto trata de
- (A) pagamento de despesas.
 - (B) suprimimento de fundos.
 - (C) dívidas fundadas.
 - (D) empenho de despesa.
 - (E) requerimento de fundos para cobertura de déficit de pagamentos.
37. O Resultado Patrimonial corresponde, em um dado período,
- (A) à somatória das Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, subtraídas do superávit ou déficit apresentado.
 - (B) à diferença entre o valor total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o valor total das Variações Patrimoniais Diminutivas.
 - (C) às Variações Patrimoniais Aumentativas.
 - (D) às Variações Patrimoniais Diminutivas.
 - (E) ao superávit apresentado.
38. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Nesse caso, as despesas orçamentárias de juros e encargos da dívida são classificadas na seguinte categoria econômica do balanço orçamentário:
- (A) Despesas e Capital.
 - (B) Despesas de Inversões Financeiras.
 - (C) Despesas Correntes.
 - (D) Reserva de Contingência.
 - (E) Reserva do RPPS.
39. Os descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros, fazem parte integrante
- (A) das variações patrimoniais aumentativas financeiras.
 - (B) das variações na exploração de operações financeiras.
 - (C) da valorização e ganhos com ativos financeiros e de investimentos.
 - (D) das variações financeiras diminutivas.
 - (E) das variações quantitativas.
40. Um contador, ao realizar a contabilização de algumas operações, tais como: provisão da folha de pagamento, as respectivas provisões de 13º salário e de férias, aluguel, comissão de vendas do mês, apropriação do prêmio de seguro ao resultado, depreciação, assim como outras despesas que ocorreram dentro do mês, de forma a retratar com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da Empresa que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos, estará adotando um procedimento contábil
- (A) em conformidade com o princípio contábil da entidade, uma vez que se trata de operações da empresa.
 - (B) de acordo com o desembolso financeiro refletido pelos fluxos de caixa passados.
 - (C) de acordo com o princípio contábil do custo histórico como base de valor.
 - (D) de acordo com o regime de caixa no reconhecimento das despesas da empresa.
 - (E) em conformidade com o regime de competência na contabilização das operações da empresa.
41. O ambiente de controle, o mapeamento e a avaliação de riscos, os procedimentos de controle, a informação e a comunicação, bem como o monitoramento, são
- (A) procedimentos de auditoria interna.
 - (B) processos a serem fomentados pela administração pública no combate à corrupção.
 - (C) características da estrutura de controle interno.
 - (D) objetivos internos do auditor na preparação do planejamento dos trabalhos.
 - (E) ferramentas de gestão de transparência da administração pública.

42. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, bem como as versões simplificadas desses documentos são considerados instrumentos
- (A) de controle contábil e financeiro.
 - (B) da transparência da gestão fiscal.
 - (C) de controle exclusivamente orçamentário.
 - (D) de acompanhamento do equilíbrio econômico das contas públicas.
 - (E) de controle do poder executivo.
43. Sabe-se que a receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos, de maneira geral, pela união e estados, para os estados e municípios. De acordo com a LC nº 101/2000, a receita corrente líquida será apurada
- (A) somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluindo as duplicidades.
 - (B) somando-se as receitas arrecadadas no exercício em referência, excluindo aquelas que dependem de empenho.
 - (C) somando-se as receitas arrecadadas no exercício em referência, excluindo aquelas receitas provenientes da compensação financeira.
 - (D) de acordo com o plano plurianual, mas de maneira geral, será pela somatória das receitas arrecadadas no exercício corrente, menos as despesas pagas, não considerando as empenhadas e não pagas.
 - (E) somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluindo-se os recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio, em geral, ou de capital que receba de ente controlador.
44. A Lei das Diretrizes Orçamentárias, LDO, na sua concepção original, tinha como função básica orientar a elaboração dos orçamentos anuais, além de estabelecer as prioridades e metas da administração, para o exercício financeiro subsequente. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO recebeu e inseriu novas e importantes funções, como:
- (A) disciplinar as transferências de recursos entre receitas e despesas.
 - (B) avaliar o cumprimento de metas relativas à previdência social, dos próprios servidores públicos e do Fundo do Amparo do Trabalhador.
 - (C) avaliação da situação financeira e evolução do patrimônio líquido de empresas públicas/privadas.
 - (D) dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento.
 - (E) avaliação da situação financeira em consonância com a estimativa da compensação de renúncia da Receita Orçamentária.
45. De acordo com a Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como com requerimentos constitucionais, para fins de observância da ordem cronológica, a execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais por meio de
- (A) requisitos essenciais da responsabilidade da gestão fiscal.
 - (B) termos de encerramento de cada semestre.
 - (C) concessão ou ampliação de incentivo de natureza fiscal da qual decorra renúncia de receita.
 - (D) alterações de alíquotas dos impostos previstos no art. 153 da Constituição Federal.
 - (E) sistema de contabilidade e administração financeira.
46. Seguindo os limites da despesa com pessoal em cada período de apuração, para cada ente da federação, determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, art. 19, assinale a alternativa que contém o valor máximo da despesa com pessoal, respeitando o limite mencionado, para um município que apurou, num determinado período, uma receita corrente líquida de R\$ 230.000.000,00.
- (A) R\$ 92.000.000
 - (B) R\$ 115.000.000
 - (C) R\$ 126.000.000
 - (D) R\$ 138.000.000
 - (E) R\$ 149.500.000

47. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos revelar-se mais econômica. Nesses casos, a transferência de recursos para o setor privado será classificada como:
- (A) Despesas de capital.
 - (B) Despesas correntes.
 - (C) Transferências para subvenções de investimentos.
 - (D) Adiantamentos ao setor privado.
 - (E) Déficit corrente.
48. Em consonância com a LRF, dívida fundada é
- (A) representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
 - (B) o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
 - (C) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
 - (D) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
 - (E) a operação de crédito de prazo igual a doze meses cujas receitas tenham constado na LDO.
49. As alterações verificadas no patrimônio de entidades públicas, resultantes ou independentes da execução orçamentária, serão evidenciadas na Demonstração das Variações Patrimoniais, que poderão ser elaboradas nos modelos sintético e analítico. No caso do modelo analítico, os subgrupos das variações patrimoniais serão detalhados em um único quadro, auxiliando, nesse caso, o recebimento das contas anuais, para fins de consolidação, que ocorrerá por meio do
- (A) SICONFI.
 - (B) AUDESP.
 - (C) SISCOF.
 - (D) SISCON.
 - (E) MPCASP.
50. Segundo o Manual de Contabilidade Pública, o reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/64 e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Nessa contextualização, assinale a alternativa que contém o lançamento contábil relacionado ao Registro da arrecadação da receita durante a execução do orçamento.
- (A) Natureza da informação: orçamentária
D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
C 5.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
 - (B) Natureza da informação: orçamentária
D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito a Receber
 - (C) Natureza da informação: orçamentária
D 4.2.1.1.x.xx.xx Receita
C 4.2.1.2.x.xx.xx Receita a Realizar
 - (D) Natureza da informação: orçamentária
D 5.2.1.1.x.xx.xx Receita Orçada
C 5.2.1.2.x.xx.xx Receita a Realizar
 - (E) Natureza da informação: orçamentária
D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
51. De acordo com a Lei nº 8.666/93, num processo de contratação de serviços ou obras por uma entidade pública, essas contratações somente poderão ser licitadas quando
- (A) o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual.
 - (B) houver previsão da liquidação da despesa no orçamento do exercício corrente, bem como o estabelecimento do equilíbrio do orçamento.
 - (C) houver crédito adicional ou superávit suficientes na cobertura orçamentária do investimento.
 - (D) houver recursos necessários suficientes consignados em créditos por dotações.
 - (E) houver recursos necessários transitados e aprovados pela Câmara para o investimento.
52. Os princípios constitucionais que deverão ser obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são:
- (A) transparência, probidade, legalidade, marketing e compreensibilidade.
 - (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - (C) legitimidade, intempestividade, impessoalidade, legalidade e competência.
 - (D) competência, legalidade, moralidade, eficácia e pessoalidade.
 - (E) pessoalidade, legalidade, economicidade, competência e eficiência.

53. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida, por meio de controle externo,
- (A) pela Polícia Federal.
 - (B) pela Controladoria Geral da União – CGU.
 - (C) pelas Secretarias das Fazendas de cada ente da Federação.
 - (D) pelo Congresso Nacional.
 - (E) exclusivamente pela Receita Federal.
54. De acordo com o Código Tributário do Município de Taquaritinga, art. 26, a ação para cobrança de um crédito tributário prescreverá, contando da data da constituição definitiva, em
- (A) 2 anos.
 - (B) 3 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 7 anos.
 - (E) 10 anos.
55. Assinale a alternativa que contém a afirmação correta, relacionada ao Código Tributário do Município de Taquaritinga.
- (A) Para cumprimento das obrigações tributárias, a capacidade tributária decorre do fato de a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado encontrar-se nas condições legais previstas, todavia, independe do fato gerador da obrigação, ou mesmo na indicação do polo passivo.
 - (B) O domicílio fiscal será o local onde o contribuinte exerce suas atividades tributáveis, onde tenha localizado seu imóvel sujeito à tributação municipal, bem como onde a autoridade fiscal julgar que tenha ocorrido o fato gerador, o que é aplicável para o Imposto dos Serviços, inclusive na exportação.
 - (C) Comprovada, a qualquer tempo, pela fiscalização, a omissão de dados ou a falsidade das declarações consignadas nas escrituras ou nos instrumentos particulares de transmissão ou de cessão, o I.T.B.I. ou a sua diferença serão exigidos com o acréscimo da multa de 150%, uma vez que se trata de fraude imputada no processo e que será calculada sobre o montante do débito apurado, sem prejuízo dos acréscimos devidos em razão de outras infrações eventualmente praticadas.
 - (D) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – de competência dos Municípios, tem como fato gerador a emissão da nota fiscal do prestador de serviços, excetuando-se os serviços prestados fora do País.
 - (E) A Lei pode atribuir, de modo expresso, a responsabilidade pelo recolhimento do crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo, no cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
56. “Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.” Esse conceito, previsto na Lei Complementar nº 101/2000, corresponde à definição legal de
- (A) dívida pública consolidada.
 - (B) dívida pública mobiliária.
 - (C) concessão de garantia.
 - (D) dívida pública fundada.
 - (E) operação de crédito.
57. Assinale a alternativa cujo teor está expressamente contemplado no texto da Lei Complementar nº 101/2000 e que complementa corretamente o dispositivo da referida Lei.
- “As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação
- (A) pelo Ministério Público e pela Advocacia Geral da União.”
 - (B) pelos órgãos de controle de Contas.”
 - (C) pelos cidadãos e instituições da sociedade.”
 - (D) pelos órgãos da sociedade civil e pelas organizações sociais.”
 - (E) pelo Poder Legislativo e pela Controladoria Geral da União.”

58. Determinado Município gasta 50% de sua receita corrente líquida com despesa fixa de pessoal. Mas, no mesmo período de apuração, promoveu atos de incentivo à demissão voluntária de pessoal cujas despesas consumiram mais 12% da sua receita. Nessa hipótese, segundo o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que o Município

- (A) ultrapassou o seu limite de gastos com pessoal previsto na Lei, que é de sessenta por cento, devendo, para esse fim, ser somadas as duas despesas.
- (B) não ultrapassou seu limite de gastos com pessoal, previsto na Lei, que é de cinquenta por cento, devendo ser considerada apenas a despesa fixa.
- (C) ultrapassou o seu limite de gastos com pessoal, previsto na Lei, que é de cinquenta por cento, devendo, para esse fim, ser consideradas ambas as despesas.
- (D) não ultrapassou seu limite de gastos com pessoal, previsto na Lei, que é de sessenta por cento, devendo, para esse fim, ser considerada apenas a despesa fixa.
- (E) ultrapassou o limite de gastos com as despesas extras de incentivos à demissão voluntária, que não poderia exceder a dez por cento de sua receita corrente líquida.

59. Segundo a Lei Federal nº 12.527/2011, a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema, denomina-se

- (A) autenticidade.
- (B) integridade.
- (C) primariedade.
- (D) disponibilidade.
- (E) criptografia.

60. Determinado cidadão solicita ao Município uma informação, que se constatou ser parcialmente sigilosa. Nessa hipótese, a Lei Federal nº 12.527/2011 estabelece que

- (A) não poderá ser autorizado acesso à informação solicitada por ser parcialmente sigilosa.
- (B) poderá ser autorizado o acesso integral à informação, sem qualquer restrição.
- (C) é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- (D) o postulante terá que aguardar o prazo de um ano para que o Município possa promover as medidas necessárias para resguardar a parte sigilosa da informação.
- (E) o Município deverá fornecer a informação integral ao solicitante, obtendo declaração deste, que deverá manter o devido sigilo, sob as penas da lei.

